



---

## Cenários Urbanos Futuros

Gabriel Mazzola Poli de Figueiredo, FAU-USP, Brasil  
gabriel.poli.figueiredo@gmail.com

### Palavras-chave :

Tecnologia; Imaginário; Práticas Especulativas;  
Smart City; Cenários Urbanos Futuros.

### RESUMO

As cidades brasileiras e latino-americanas enfrentam graves questões sociais e urbanas: favelização sistêmica, segregação territorial, desigualdade, pobreza, (i) mobilidade, violência urbana, etc. Em um contexto como esse, modelos urbanos como a Smart City acabam produzindo especulações de cenários urbanos futuros que pouco reconhecem ou pretendem abordar das questões urbanas e sociais anteriormente mencionadas. Essa pouca aderência de modelos urbanos ditos tecnológicos às questões sociais e urbanas tem suas raízes para além de discursos ou paradigmas específicos: parece se tratar de um problema mais profundo, pertencente ao âmbito da própria imaginação de cenários urbanos futuros. O presente trabalho busca, a partir da pesquisa de mestrado do autor e das reflexões proporcionadas pelos encontros do grupo de estudos em Cenários Urbanos Futuros da FAU-USP, questionar como se dá a imaginação contemporânea de cenários urbanos futuros, e como estes procedimentos podem ser repensados criticamente de modo a amparar novas práticas projetuais transformadoras e contra-hegemônicas.

---

## Introdução

A reflexão aqui proposta teve seu início em 2015 quando, recém-formado engenheiro de sistemas eletrônicos e recém-saído de um emprego como diretor de uma ONG internacional voltada para desenvolvimento comunitário em assentamentos extremamente precários, decidi iniciar a carreira acadêmica na intersecção entre essas duas áreas: a Tecnologia, pela formação de graduação, e as questões urbanas e sociais, pela experiência de trabalho. Foi dessa intersecção que surgiu a ideia de, no mestrado, investigar o discurso e a prática da Smart City, construindo uma perspectiva crítica desde o contexto metropolitano de São Paulo, na qual foi traçado um panorama global do fenômeno Smart City para entender as suas diferentes gerações<sup>1</sup> e quais as circunstâncias históricas, econômicas, sociais e técnicas que as delimitavam. A síntese diagramática desse panorama pode ser vista a seguir, na Figura 1.

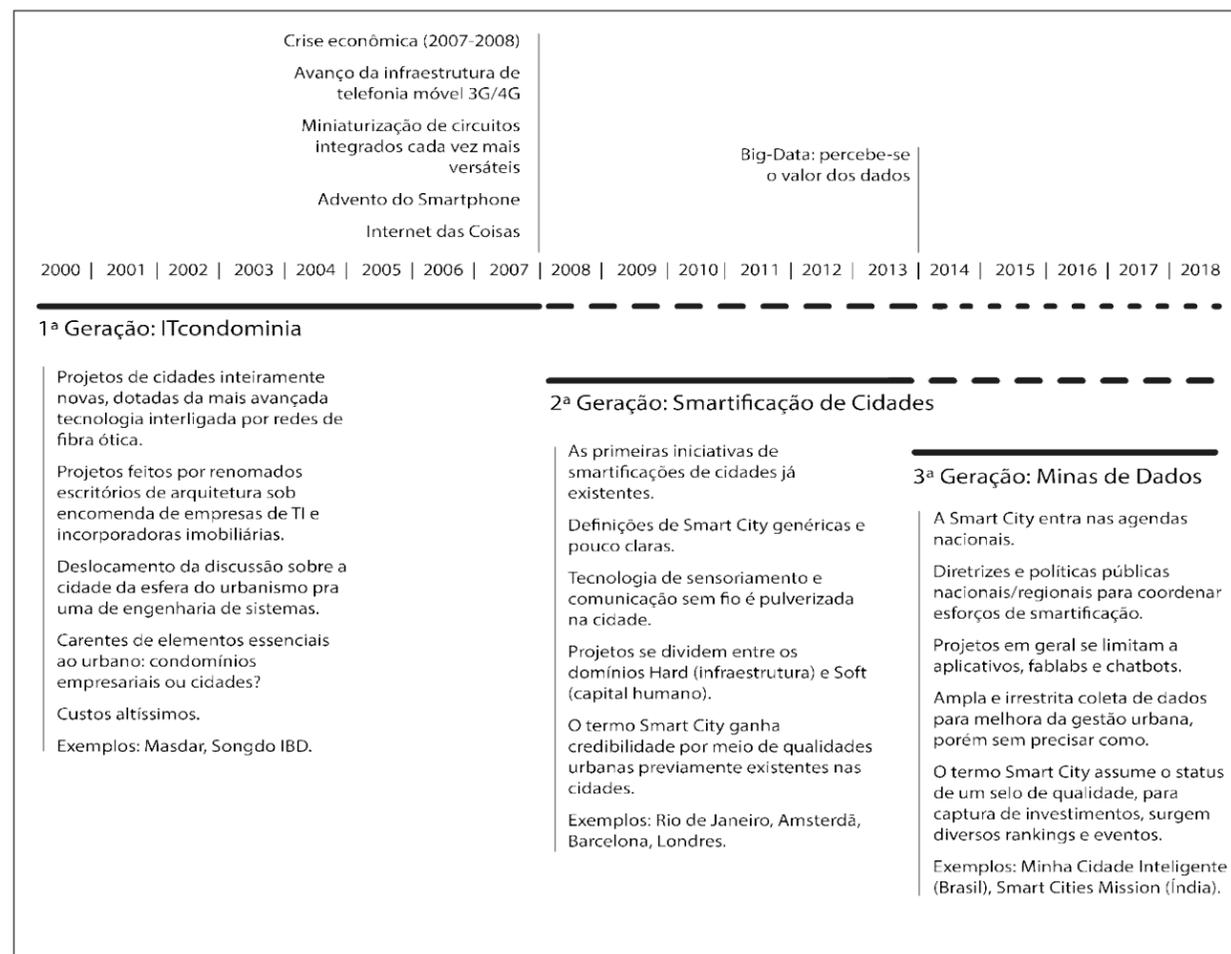


Figura 1: Síntese do panorama histórico do fenômeno Smart City. (POLI DE FIGUEIREDO, 2018, p. 125).

<sup>1</sup> A divisão em três gerações foi inspirada na caracterização bifásica proposta por Artur Rozestraten (2016).

Ao contrapor esse discurso aos problemas urbanos e sociais materializados nas cidades latino-americanas – favelização sistêmica, segregação territorial, desigualdade, pobreza, (i) mobilidade, violência urbana, etc.<sup>2</sup> – ficaram evidentes uma série de fragilidades e insuficiências no modelo Smart City:

- A adjetivação da cidade como Smart não passa de um esforço de *branding* que se apropria de um sentido reduzido do conceito de Inteligência: a automação de processos;
- Usa-se uma forte retórica de eficiência, sem se questionar qual é a eficácia dos processos e quem serão os beneficiados pelo aumento de sua eficiência;
- O uso de soluções-padrão e estudos de caso se faz presente sem a contextualização socioespacial necessária;
- Espera-se que, mesmo sem um esforço concreto de articulação, diversos esforços e iniciativas Smart de diferentes autores sejam convergentes e transformem a cidade em uma Smart City, como se ela fosse apenas uma somatória de projetos;
- A tecnologia é tomada como neutra e ignora-se que, em se tratando de cidades, cada escolha de algoritmo, sensor ou valores é uma escolha essencialmente política;
- Propõe-se um modelo genérico e universal para abordar uma realidade urbana e social heterogênea, diversa e altamente desigual;
- Busca-se – ou espera-se – a criação de um consenso racional no processo político, mesmo quando as disputas em torno da cidade chegam a ser antagônicas e envolver atores com objetivos diametralmente opostos.

Frente ao ambiente urbano genérico e homogêneo oferecido pela Smart City, concluiu-se que esse paradigma se esvaziou de sentido e relevância e que, quando empregado na imaginação de cenários urbanos futuros, acaba produzindo especulações que pouco ou nada reconhecem ou pretendem abordar das questões urbanas e sociais anteriormente mencionadas. Ficou evidente a necessidade de se qualificar o debate para além das *buzzwords* e abordagens simplistas.

## Cenários Urbanos Futuros

Um exemplo de serra qualificada de debate coletivo se deu no primeiro semestre de 2016, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: a primeira edição do presente colóquio, intitulado IHCT – *Imaginar, Construir e Habitar a Terra: Cidades “Inteligentes” e Poéticas Urbanas*.

<sup>2</sup> Sobre estes fenômenos, consultar: BONDUKI (2004), MARICATO (1996) e VILLAÇA (2012).

Os debates ocorridos e as leituras compartilhadas nesse encontro deixaram evidente a necessidade de se continuar a discussão acerca das Cidades “Inteligentes” em um campo crítico que se mostrava ainda incipiente. Constituiu-se, para tal finalidade, um grupo de estudos dedicado a melhor entender o fenômeno da Smart City.

O grupo, então chamado de Grupo de Estudos em Smart Cities, era sediado na FAU-USP e filiado ao Núcleo de Pesquisa em Ambientes Colaborativos na Web (NaWeb) e ao Grupo de Pesquisa CNPq “Representações, Imaginário e Tecnologia” (RITE).

Sua proposta era entender o fenômeno das Smart Cities por meio de uma abordagem que levasse em conta, além dos aspectos tecnológicos, as dimensões antropológicas e socioespaciais das ditas cidades “inteligentes”. A partir de análises de tecnologias e críticas aos pretensos modelos urbanísticos, esperava-se fomentar propostas concretas para Smart Cities que pudessem ser aplicadas no curto/médio prazo.

Para tanto, o grupo conduzia encontros quinzenais, abertos a todos os interessados, e reunia pessoas de diferentes áreas de formação – engenheiros, urbanistas, filósofos, geógrafos, designers, historiadores, biólogos, escritores, etc. – e níveis acadêmicos/profissionais em um ambiente de debate transdisciplinar. As discussões reverberaram em diversos trabalhos de pesquisa, resultaram em construções conceituais coletivas e contribuíram para solidificar uma epistemologia crítica e robusta sobre o tema. Um dos principais produtos das discussões do grupo ao longo de 2017, por exemplo, foi um conjunto de indicadores para medir o grau de inteligência urbana de cidades sob uma perspectiva que levasse em conta as desigualdades sociais e territoriais inerentes às cidades brasileiras. Um resumo dos indicadores pode ser visto na Tabela 1, na página seguinte.



Figuras 2, 3 e 4: Encontros do Grupo de Estudos realizados no Atelier Fraccaroli, no espaço do ReLAB (Laboratório de Representações da FAU-USP) entre 2016 e 2017. Autoria própria, 2016-2017.

Indicador	Conectividade	Participação	Economia Criativa		Planejamento
	<b>Índice de Conectividade</b>	<b>Escala de Participação</b>	<b>Diversidade Sócio-Econômica-Cultural</b>	<b>Vitalidade Cultural Urbana</b>	<b>Plano Diretor Digital</b>
Objetivos e Fundamentos Específicos	Explicitar a importância da conectividade para o exercício da cidadania. Mensurar o grau de acesso à conectividade, a partir de dados de alta granularidade. A conectividade entendida como direito básico. Crescentemente, o acesso à conectividade é sinônimo de acesso a outros serviços ofertados pelo Estado, pela iniciativa privada e pela comunidade -- sem a conectividade entendida como direito básico, o acesso à economia digital torna-se exclusivo, e perde-se oportunidades de engajamento social e do exercício da cidadania.	Promover o engajamento e participação social efetiva, que gere ações frutíferas e consequentes no município. Promover os diversos níveis de engajamento, da transparência à co-criação.	A Economia Criativa é fundamentada na complexidade sociocultural e na presença de múltiplos estilos de vida no município.	Demonstrar o quanto o município setenta e fomenta a Economia Criativa. Criar auto-percepção do meio urbano para fomentar a cultura local de modo imponderado e efetivo. Medir o grau de precarização da mão-de-obra simbólico-criativa. Novos territórios criativos	Criar a capacidade do município visualizar, monitorar e direcionar o desenvolvimento da sua infraestrutura digital. É um meio para garantir que os aspectos territoriais, presenciais, serviços tradicionais (meios físicos), e os serviços digitais, baseados em telecomunicação, conectividade e tele-presença (meios digitais) se desenvolvam de maneira em sobreposição em que a relação integral em que os dois aspectos sejam mutuamente implicados.
	Definição	A mensuração deve indicar qual é o acesso à conexão real que cada usuário (individual) tem, frente ao seu contexto socioeconômico e à demanda histórica contextualizada per capita.	A Cidade Inteligente é composta por cidadãos inteligentes, ou seja, por cidadãos que sejam capazes de compreender sua própria participação nos processos urbanos, públicos e privados. Construção de graus progressivos de engajamento pautados por Tecnologias “Hard” (hardware e aplicações) e Tecnologias “Soft” (técnicas de engajamento sociocultural participativo).	Grau de variação número de profissões ativas na região, proporcionalizadas à representatividade renda trabalho gênero religião	Indicadores de Vitalidade Urbana - a capacidade do meio urbano de produção valor, a partir de manifestações (informais) oriundas da própria população do município.

Metodologia	O cálculo deve basear-se no cruzamento do nível econômico da população (renda per capita), do custo da banda (per capita), o uptime, latência - mensurar-se o acesso real à conectividade, com o máximo de granularidade possível.	Indicadores das tecnologias hard: 1 - Há portais municipais de transparência que apresentam os dados em padrões abertos a respeito do desenvolvimento urbano? 2 - Há iniciativas estruturadas para a construção de visualização de dados acessíveis ao público? Indicadores das tecnologias soft: 1 - Há sustentação para a progressão de engajamento seguindo a escala: i) transparência, (ii) consulta, (iii) co-criação, (iv) cogestão	Variância conjugada nos dados do ibge/ p r e f e i t u r a : número de profissões ativas na região, proporcionalizadas à representatividade, renda, trabalho, raça, gênero, religião, etc.	Complexidade (qualitativo): Existem programas de arte pública na cidade? O quanto cada município constrói suas especificidade de modo competente? Existe um programa de mapeamento afetivo? Existe o mapeamento das festas e eventos urbanos? Existe um programa de apoio para manifestações espontâneas de cultura urbana? Existem programas locais (municipais) de regulamentação das profissões criativas?	Checklist: 1 - Criou-se um grupo para desenvolver o PDD? 2 - Está integrado com o Plano Diretor Estratégico? 3 - Contempla questões de gênero/raça/grupos vulnerabilizados? 4 - Contempla indicadores estabelecidos? 5 - Iniciou esforços de mapeamento da infraestrutura digital do município? 6 - Iniciou-se as atividades de diagnóstico? 7 - O PDD está composto como uma plataforma dinâmica de informação universal, atualizado em tempo real? O PDD está baseado em sistemas automatizados de levantamento, leitura e exposição pública dos dados, em formato aberto e acessível? 8 - O PDD opera como um meio de convergência de outros planos dedicados à cidade e ao seu desenvolvimento?
-------------	--	---	---	---	---

Vieses (gênero, raça, etc.)	A presença da infraestrutura digital em geral acompanha e reforça padrões históricos de desigualdade socioeconômica e cultural. Deve-se ponderar a conectividade de grupos vulneráveis, tais como: mulheres, alvos de discriminação racial, habitantes de áreas precárias. Deve-se considerar a conectividade como ferramenta de geração de igualdade de oportunidades de inserção econômica, contato com fontes empregatícias. Deve-se compreender a cidade como um ambiente pedagógico.	Deve-se levar em conta a assimetria de poder político de certos grupos vulnerabilizados. O indicador deve quantificar a participação representativa destes grupos, na medida em que é prioritário reverter essa assimetria no âmbito da participação. A por exemplo: mulheres, LGBTQs, negros, moradores de favelas, etc.	Sobreposição de sistemas complementares envolve o suporte ao software livre (não-proprietário).	Necessidade de reconhecer múltiplos níveis socioculturais na cidade, distribuídos em estratos sociais distintos.	Mensuração do impacto sociocultural do acesso à informação digital, envolvendo a preparação e a sustentação do processo de aculturação gerado pela conectividade digital generalizada. O Plano Municipal Digital deve contemplar que a sobreposição complementar e suplementar das infraestruturas digitais e tradicionais.
Comentários	A demanda por conectividade / banda não é um dado mensurável como, por exemplo, na fisiologia. Ele é, portanto, um dado histórico, contextual, sociocultural. Ele varia no tempo, varia no contexto, e segundo tendências históricas, tende a crescer.	O processo participativo deve contemplar atividades de construção colaborativa das diversas dimensões e aspectos urbanos, envolvendo diversos âmbitos e escalas comunitárias. Este indicador procura justamente mensurar o quanto envolve-se a comunidade do município de modo bem-sucedido.	Mensurar esse aspecto é um grande desafio, mas muito importante para verificar se essa dimensão da Cidade Inteligente está presente. (a) diversidade socioeconômica e cultural (quantitativos);	Mensurar esse aspecto é um grande desafio, mas muito importante para verificar se essa dimensão da Cidade Inteligente está presente. (b) complexidade sociocultural (qualitativos).	O Plano Diretor Digital pode operar como um articulador de todos os Indicadores propostos pela RBCIH. Mas é importante integrar os diversos vieses propostos em cada indicador, para contemplar-se e acolher as diferenças, convergências, consensos e divergências.
Nível	Granularidade no nível do bairro. Posteriormente, para o nível do município e da Região Metropolitana (RM)	Bairro - Município - Região Metropolitana (RM)	Bairro - Município e Região Metropolitana (RM) ponderada com população por bairro	Bairro - Município e Região Metropolitana (RM) ponderada com população por bairro	Municipal - Região Metropolitana (RM) - Região Macro-Metropolitana

Tabela 1: Indicadores de inteligência urbana propostos pelo Cenários Urbanos Futuros em 2017. Autoria: Caio Adorno Vassão; Gabriel Mazzola Poli de Figueiredo; Ivan Souto; Lucas Tavares de Menezes Girard, 2017.

Ao longo das discussões do grupo de estudos, percebeu-se que a pouca aderência da Smart City às questões sociais e urbanas tinha suas raízes para além desse discurso ou paradigma específico: parecia se tratar de um problema mais profundo, pertencente ao âmbito da própria imaginação de cenários urbanos futuros. Em 2017 rebatizou-se o grupo de estudos, portanto, como Cenários Urbanos Futuros (CUF):

**Cenários:** A reflexão a partir de cenários possibilita explorar múltiplas narrativas, diferentes níveis de complexidade e arranjos simbólicos de maneira a tentar elucidar suas interações, riscos e potencialidades.

**Urbanos:** As cidades e o espaço urbano são entendidos como o elemento central às investigações do grupo e o produto máximo da capacidade técnica humana.

**Futuros:** Entendendo o papel eminentemente projetual da atividade especulativa acerca do futuro, espera-se que a reflexão orientada a o que poderá vir a ser forneça fundamentos necessários a transformações concretas na cidade do presente e ressignifique o entendimento da cidade do passado.

Mais do que uma questão semântica, o novo nome passou a refletir um procedimento metodológico característico do grupo: o fenômeno investigado deve ser posto em cheque, questionado e situado em diversas dimensões<sup>3</sup> para ser compreendido de maneira rigorosa.

A Smart City é um cenário urbano futuro de significativo destaque atualmente (Poli de Figueiredo, 2018) – às custas de grandes esforços de marketing e lobby intenso de empresas como a IBM (Söderström; Paasche; Klauser, 2014), às quais a consolidação de um projeto que implique o alto consumo de seus produtos e serviços é interessante – porém não é o único cenário presente no debate público. Percebeu-se que, para estabelecer uma discussão qualificada do tema, era necessário abarcar outros cenários e entender a Smart City sob essa perspectiva, dando mais protagonismo à discussão sobre as interações da tecnologia com a antropologia e as urbanidades.

O CUF segue ativo como grupo de estudos, atualmente se reunindo no Laboratório de Inovação da Prefeitura de São Paulo (Mobilab) e acumulando mais de 50 encontros desde sua fundação. A proposta segue sendo a de prover um ambiente transdisciplinar de debate qualificado sobre como a tecnologia pode transformar o habitar, a cidade e a sociedade.

<sup>3</sup> Para um conjunto de dimensões essenciais à compreensão desses fenômenos ver Poli de Figueiredo (2018, pg. 116-122). Resumidamente, as dimensões propostas são: (i) temporal/histórica; (ii) socioespacial; (iii) política/institucional; (iv) simbólica/discursiva.



Figuras 5 e 6: Encontros do Cenários Urbanos Futuros realizados no Mobilab, o Laboratório de Inovação em Mobilidade da Prefeitura de São Paulo. Autoria própria, 2018.

### Especulações sobre cenários urbanos futuros

Os exercícios especulativos acerca de cenários urbanos futuros nos últimos cinquenta anos costumam se inspirar em experimentos como os de Le Corbusier, Rem Koolhaas, Buckminster Fuller, coletivos como Superstudio e Archigram ou em grandes obras da literatura e do cinema. São experimentos e obras de grande alcance e influência no imaginário acerca da cidade do futuro, porém, em geral, não dialogam com as questões urbanas e sociais que nossas cidades enfrentam hoje. Isso não retira deles seu potencial perturbador ou simbólico, porém revela a distância entre a concepção desses cenários e a experiência desta realidade urbana desigual e marcada pelo conflito.

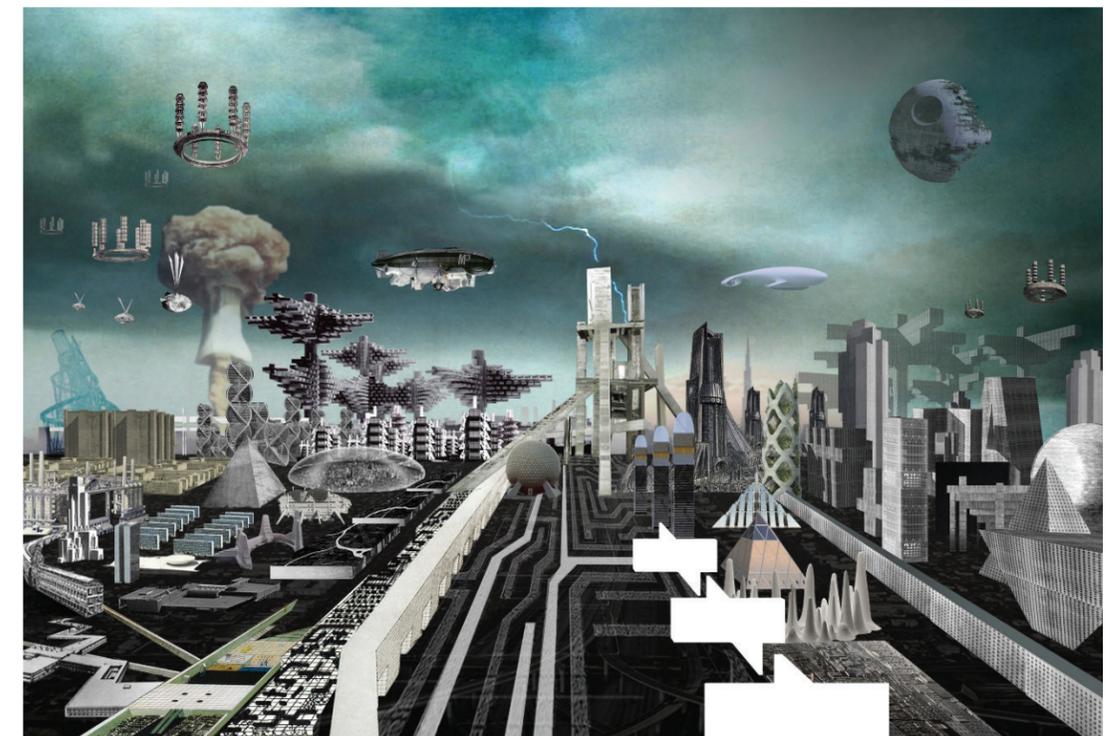
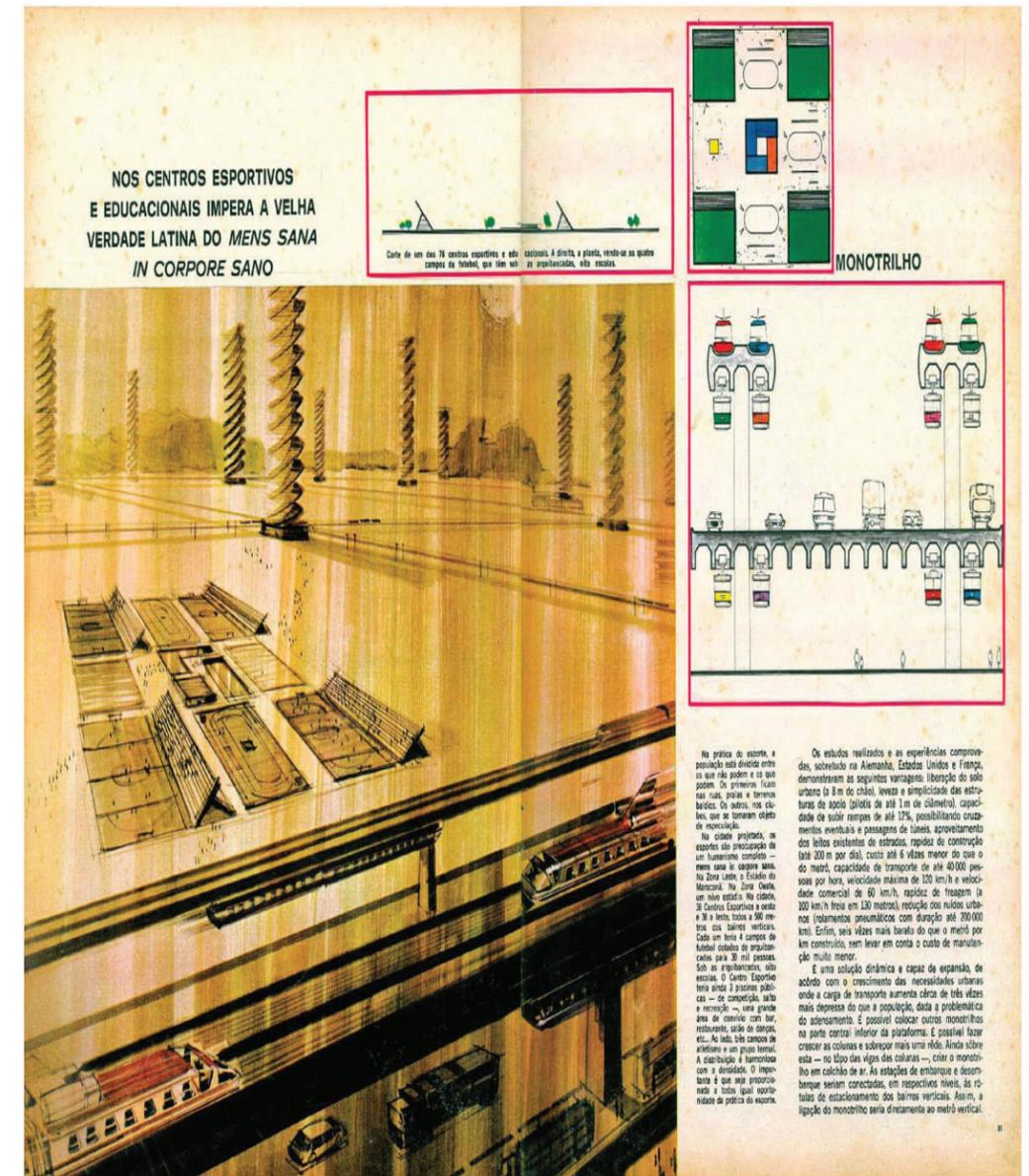
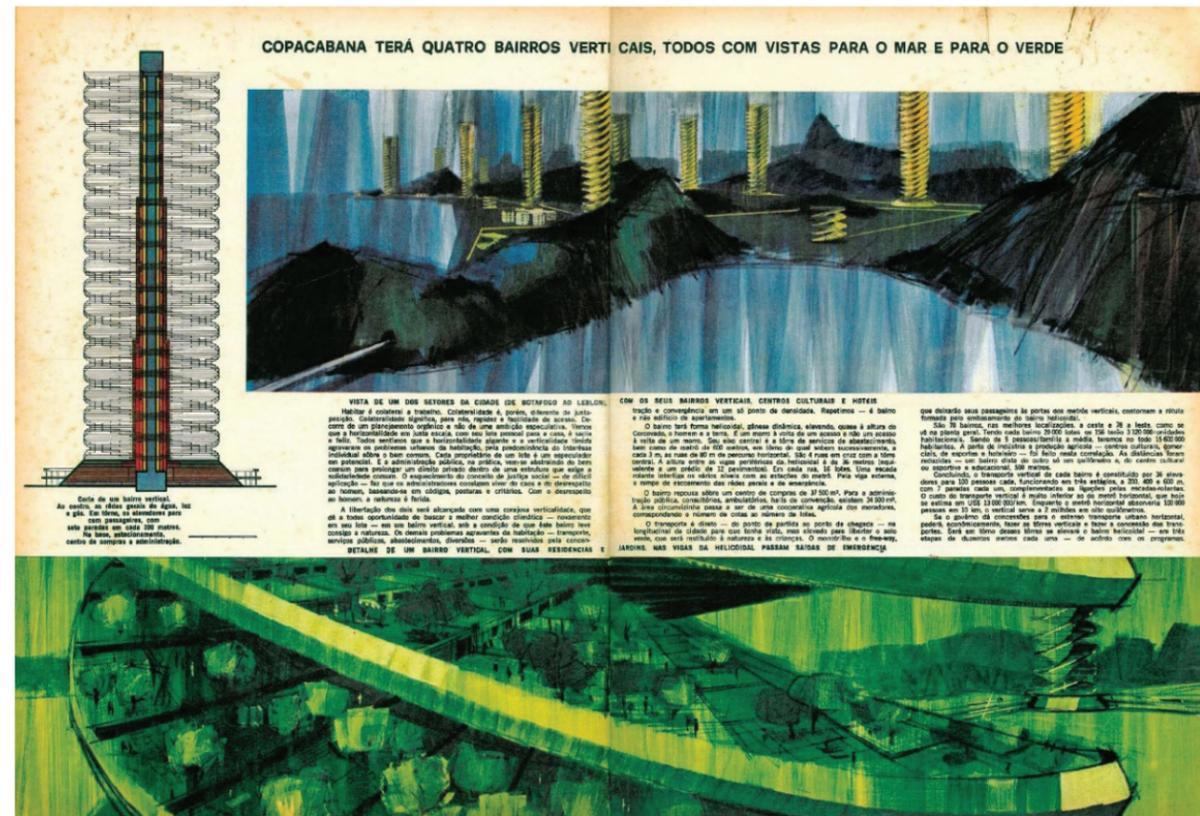


Figura 7: Cities of the Avant-Garde, uma colagem de cenários urbanos futuros. Autoria: Wai Think Tank, 2012.

Essa distância pode ser fruto de diversos fatores contextuais: se criadas em países do Norte Global, por exemplo, dificilmente os autores disporão do conhecimento, da vivência ou até mesmo da mera capacidade cognitiva de apreender as questões significativamente mais complexas que se materializam nas cidades do Sul Global. Se criadas em um determinado contexto sócio-político ou econômico, é improvável que sejam capazes de refletir questões estranhas a esse contexto. É nesse sentido que se defende aqui a ideia de que é relevante para os estudos urbanos latino-americanos investigar cenários urbanos futuros concebidos em contextos urbanos e sociais minimamente similares.

Não basta, entretanto, que o contexto seja similar para que as construções especulativas sejam críticas ou contra-hegemônicas. As práticas projetuais envolvidas na concepção desses cenários têm impacto decisivo sobre sua capacidade representativa: se feitos de maneira individual, como esperar que sejam contempladas múltiplas e conflitantes narrativas? Se não há intenção de trazer à tona os conflitos urbanos e sociais, é improvável que as representações os evidenciem, salvo pela gritante ausência – reveladora – frente a um olhar ou leitura crítica (Figuras 8 e 9).



Figuras 8 e 9: Rio do Futuro, projeto publicado na Revista Manchete em 1965, como proposta de planejamento urbano para o Rio de Janeiro. Autoria: Sergio Bernardes, 1965.

Se, por um lado, a tendência de se replicar a estética de algumas estruturas de maior peso seja fonte de cenários acrílicos e ingênuos, por outro lado a estética de tais experimentos visuais pode ser apropriada de maneira crítica, como faz o artista e designer Olalekan Jeyfous em sua série *Shanty Mega-structures*. Nessa série Olalekan imagina um cenário em que as precariedades de Lagos, na Nigéria, são incorporadas em mega-estruturas (Figuras 8 e 9). Estas seguem precárias – sem saneamento, energia e acesso a serviços essenciais – porém dialogam de maneira distópica com as tradicionais representações da cidade do futuro de maneira a deixar evidente essas questões.



Figuras 8 e 9: Shanty Mega-structures. Autoria: Olalekan Jeyifous, 2015.

Também podem ser investigadas outras formas de representação, para além das experimentações visuais. A narrativa que a imagem literária proporciona permite ao leitor vivenciar cenários de maneira subjetiva, inclusive ao longo do eixo temporal. As imagens de uma São Paulo do futuro que Ignácio de Loyola Brandão nos proporciona logo nas primeiras páginas de seu *Não Verás País Nenhum* (1981) deixam patente a potência com que a forma escrita pode se valer para representar cenários urbanos futuros de maneira crítica:

“Mefítico. O fedor vem dos cadáveres, do lixo e dos excrementos que se amontoam além dos Círculos Oficiais Permitidos, para lá dos Acampamentos Paupérrimos. [...]”

Tentaram de tudo para eliminar esse cheiro de morte e decomposição que nos agonia continuamente. Será que tentaram? Nada conseguiram. Os caminhões, alegremente pintados de amarelo e verde, despejam mortos, noite e dia. Sabemos, porque tais coisas sempre se sabem. É assim.

Não há tempo para cremar todos os corpos. Empilham e esperam. Os esgotos se abrem ao ar livre, descarregam, em vagonetes, na vala seca do rio. O lixo forma setenta e sete colinas que ondulam, habitadas, todas. E o sol, violento demais, corrói e apodrece a carne em poucas horas. [...]

O cheiro infeto dos mortos se mistura ao dos inseticidas impotentes e aos formóis. Acre, faz o nariz sangrar em tardes de inversão atmosférica. Atravessa as máscaras obrigatórias, resseca a boca, os olhos lacrimejam, racha a pele. Ao nível do chão, os animais morrem.

Forma-se uma atmosfera pestilencial que uma bateria de ventiladores possantes procura inutilmente expulsar. Para longe dos limites dos oikoumenê, palavra que os sociólogos, ociosos, recuperaram da antiguidade, a fim de designar o espaço exíguo em que vivemos. Vivemos?” (Brandão, 2008, pg. 13-14)

Em uma passagem posterior:

“Rastejávamos no meio da estrada, de modo que ninguém nos visse. A freeway projetava-se a quinze metros do solo, dezesseis pistas, larga pista vazia. Coberta por uma camada de poeira cinzenta. [...] Tadeu me conduziu através das ruínas do que tinha sido Vila Anastácio. Os prédios populares construídos por uma imobiliária tinham desabado. [...] Avançávamos e devíamos ter percorrido uns dois quilômetros quando a luz verde me bateu. Ao lado da ponte, observei montanhas de latas de cerveja.

Dunas verdes. Imensas, ultrapassando a altura da rodovia. Estendiam-se, brilhando ao luar. Começava a fazer frio. Rastejávamos e julguei ouvir um som estranho. Como se fosse um lamento, vindo do meio daquelas dunas metálicas. [...]

Era um grito. Um grito somado ao outro, e outro, de tal modo que formavam apenas um som. Dolorido. Quase artificial, tal a tonalidade. [...]

- São os doentes embaixo da montanha.
- Mora gente aí?
- Dentro são cavernas. Abrigam milhares de pessoas.
- Mas o sol deve esquentar barbaridade. Morrem assados.
- Não morrem. É o milagre brasileiro. [...]” (Brandão, 2008, pg. 121-122)

### A ação especulativa como ação poética

Tratando dessa ação especulativa geradora de imagens sobre o futuro, eminentemente projetual, essa é uma investigação que pertence propriamente ao âmbito do imaginário, uma vez que é nele que se situam as representações que compõe esse imaginar e que se dão as relações sistêmicas entre elas (Durand, 2014; Wunenburger, 2007; Rozestraten, 2017). A obtenção de arranjos transformadores depende fundamentalmente da ressignificação desses elementos do imaginário e de suas relações entre si de maneira a permitir novas organizações, discursos, modos de habitar, etc. Essa (re)imaginação, crítica e propositiva, é uma ação fundamentalmente poética<sup>4</sup> (Rozestraten, 2017) e para sustentá-la na seara dos cenários urbanos futuros é necessário integrar três campos de reflexão, como foi proposto na conclusão da dissertação de mestrado de Poli de Figueiredo (2018) (Figura 2) :

- Tecnologia: o campo de reflexão sobre as técnicas e os objetos frutos da técnica, tal qual a cidade.
- Ética: o campo de reflexão sobre a ação humana.
- Política: o campo de reflexão sobre a organização da ação coletiva.

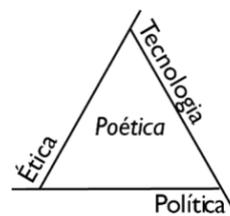


Figura 2: Diagrama proposto para representar os pilares da reflexão poética. (POLI DE FIGUEIREDO, 2018, p. 100).

<sup>4</sup> O termo poética é utilizado aqui no sentido do grego Poiesis, o ato de dar existência a algo que antes não existia (Rozestraten, 2017).

Espera-se que uma reflexão fundamentada nestes três pilares mencionados seja capaz de promover especulações contra-hegemônicas, porém reconhece-se que, para tanto, é crucial repensar a metodologia especulativa para permitir uma passagem de um exercício individual ou coletivo – já familiares à chamada arquitetura visionária – a uma forma social desse processo. Tal forma deve considerar os chamados *espaços de agonismo* (DiSalvo, 2010 e 2012), nos quais se reconhecem e se mediam os conflitos inerentes ao urbano, ao invés de perseguir um consenso racional inatingível (Mouffe, 2013).

Surgem, então, uma série de questões:

- O aspecto altamente codificado dos conhecimentos técnicos relativos à produção espacial demanda a criação de ferramentas cognitivas que permitam a decodificação e participação nesse processo (Flusser, 2017);
- A tradicional divisão positivista do conhecimento em disciplinas não é suficiente para compreender ou abordar fenômenos urbanos e sociais complexos e com aspectos emergentes (Fuller, 2017; Vassão, 2010): é urgente uma abordagem transdisciplinar;
- Essa excessiva compartimentalização do conhecimento técnico/científico aliada a ausência de oportunidades de vivência da realidade urbana brasileira por parte daqueles que atualmente detêm os meios cognitivos, simbólicos e de poder para participar dos processos de produção do espaço urbano – no Brasil, um público ainda alienado, distante e diverso do que conhece essa realidade urbana por experiência, devido à insuficiência das poucas políticas de acesso existentes – faz com que não sejam cultivados recursos simbólicos de representação que deem conta dessas questões urbanas e sociais.

A imaginação de cenários urbanos futuros inicialmente se dava como exercício exclusivamente individual de um engenheiro, urbanista, artista etc. Após os anos 1960 esse processo passou a ser empreitado também por grupos ou escritórios de profissionais, porém ainda não se domina como escalar esse processo especulativo e colaborativo para uma dimensão de fato social.

Em tempos em que começa a se reconhecer que o ferramental prático e teórico do planejamento urbano carrega vieses simbólicos, heranças de um sistema-mundo colonial que privilegia determinadas formas de conhecimento e representação em detrimento a outras, e que representa determinada demografia – e seus interesses – em detrimento a outras, é fundamental que uma reflexão sobre as práticas projetuais de cenários urbanos futuros leve em conta não só contextos territoriais e sociais, mas também considere os vieses simbólicos e os eixos de opressão, dominação e privilégio que se manifestam no projetar. Para que a especulação de cenários urbanos futuros possa produzir horizontes projetuais transformadores, há que se descolonizar as práticas projetuais e passar a uma instância de especulação social que busque reconhecer a pluralidade e mediar os conflitos materializados na cidade, ao invés de perseguir uma narrativa individual ou a eliminação do conflito.

## Conclusão

A Smart City foi utilizada para demonstrar algumas fragilidades que modelos urbanos – pretensamente – tecnológicos costumam apresentar, quando confrontados com a realidade das cidades latino-americanas e os problemas sociais e urbanos que nelas se materializam. Foi apontado um gradual esvaziamento de sentido desse modelo em específico e colocada a necessidade de se investigar mais profundamente o motivo que leva à pouca – ou nenhuma – aderência às questões urbanas e sociais de nossas cidades.

A primeira edição do presente colóquio ICHT, em 2016, foi apontada como um ponto de inflexão nesse questionamento, motivando a criação de um grupo de estudos que viria posteriormente se chamar Cenários Urbanos Futuros e que qualificaria, a partir da promoção de instâncias transdisciplinares de debate, uma abordagem crítico-propositiva sobre as interações da tecnologia com a antropologia e as urbanidades que seria capaz de abarcar a complexidade desse fenômeno. Alguns produtos e do grupo foram apresentados para exemplificar o potencial desse ambiente de discussão.

Partiu-se, em seguida, para uma breve investigação sobre como se dão os exercícios especulativos sobre cenários urbanos futuros. Algumas referências tradicionais são enumeradas, para revelar distância similar a apresentada pela Smart City, no que diz respeito aos fenômenos urbanos e sociais de nossas cidades. Alguns aspectos contextuais e simbólicos foram sugeridos como fonte dessa distância, enquanto foram colocadas referências críticas e cenários urbanos futuros que rompem – mesmo que parcialmente – com essas limitações.

A ação especulativa em torno de cenários urbanos futuros foi qualificada como ação poética – eminentemente projetual – e pertencente ao âmbito do imaginário. Algumas práticas e referências foram então apontadas como meio para se atingir uma reflexão sustentada nos pilares da Ética, Política e Tecnologia, ao passo que uma série de questões foram colocadas como desafios.

Por fim, fica patente a importância de se reconhecer as limitações das práticas projetuais geradoras de cenários urbanos futuros e a necessidade de se repensar e de se descolonizá-las, promovendo instâncias cada vez mais plurais, capazes de abarcar os conflitos sociais e urbanos e criar cenários que os reconheçam, trabalhem pela sua mediação e contemplem múltiplas narrativas, (r)existências e formas de se habitar a cidade.

## Referências

- BERNARDES, S. *Rio do Futuro*. 1965. Disponível em: <https://www.bernardesarq.com.br/memoria/rio-do-futuro/>. Acesso em Março de 2019.
- BONDUKI, N.G. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRANDÃO, I. L. *Não verás país nenhum*. São Paulo: Global, 2008
- DIDI-HUBERMAN, G. *A Imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DISALVO, C. Design, Democracy, and Agonistic Pluralism. In: *DRS '10: Proceedings of the 2010 Design Research Society Conference*. 2010. p. 1-10
- DISALVO, C. *Adversarial Design*. Cambridge: MIT Press, 2012.
- DURAND, G. *O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.
- FLUSSER, V. *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Ubu Editora. 2017.
- JEYIFOUS, O. *Shanty Mega-structures*. 2015. Disponível em: <http://vigilism.com/Improvised-Shanty-Megastructures>. Acesso em Março de 2019.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOUFFE, C. *Agonistics: Thinking the World Politically*. Londres: Verso. 2013
- POLI DE FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola. O discurso e a prática da smart city: perspectivas críticas e aproximações sistemáticas no contexto de metrópoles latino-americanas. 2018. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.16.2018.tde-21092018-151408.
- ROZESTRATEN, A. S. Dúvidas, fantasias e delírio: smart cities, uma aproximação crítica. In: 1º Colóquio Internacional ICHT 2016 – Imaginário: Construir e Habitar a Terra, 16 a 17 de março, 2016, São Paulo. Atas do 1º Colóquio Internacional ICHT. São Paulo: FAU/USP, p15-30, 2016.
- ROZESTRATEN, A. S. *Representações: Imaginário e Tecnologia*. 2017. 216 p. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Departamento de Tecnologia da Arquitetura. São Paulo.
- SÖDERSTRÖM, O.; PAASCHE, T.; KLAUSER, F. Smart cities as corporate storytelling. In: *City*. v. 18. n.3. pp. 307-320. 2014.
- VASSÃO, C. A. *Metadesign: Ferramentas, estratégias e ética para a complexidade*. São Paulo: Blucher. 2010.
- VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as Cidades Brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012.
- WAI ARCHITECTURE THINK TANK. *Cities of the Avant-Garde*. 2012. Disponível em: <http://wai-thinktank.com/Cities-of-the-Avant-Garde>. Acesso em Março de 2019.
- WUNENBURGER, J-J. *O Imaginário*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

